

16 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Indicado ao STF comenta defesa de voto em Dilma

Luiz Fachin diz que sabe distinguir
'os diversos momentos' de sua vida

Em vídeo gravado na eleição de 2010, ele leu um manifesto de juristas em apoio à candidatura da petista

Indicado pela presidente Dilma Rousseff para o STF (Supremo Tribunal Federal), o advogado Luiz Fachin disse nesta quarta (15) que sabe distinguir as "direções e os diversos momentos" de sua vida profissional. Foi uma resposta ao fato de aparecer em um vídeo de 2010 em que pede voto para a petista.

"A vida implica em diversos momentos no exercício da cidadania, em tomada de algumas direções. Eu sei bem distinguir as direções e os diversos momentos. Tenho certeza que meu comportamento e minha trajetória indicam também nessa direção."

Senadores da oposição afirmam que o vídeo coloca a indicação sob suspeita, pois, como ministro, ele terá que julgar casos envolvendo membros do governo no STF.

Fachin evitou dar detalhes sobre o vídeo, disponível no Youtube. O advogado disse que responderá a todos os questionamentos em sua sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, marcada para 29 de

abril. Na filmagem, Fachin defende voto em Dilma ao ler um manifesto de juristas.

"Em homenagem e respeito ao Senado, vamos desenvolver todos esses temas e outros que forem do interesse dos senadores por ocasião da sabatina", disse nesta quarta.

"E eu, desde logo, com humildade, estou à disposição dos senadores e evidentemente prestarei todos os esclarecimentos que forem necessários", completou.

Fachin se reuniu com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), a quem entregou seu currículo. E visitou senadores.

Além de setores da oposição, membros do PMDB irritados com o tratamento dado por Dilma ameaçam retaliar a indicação. O impasse está em torno da nomeação de Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN) para o Ministério do Turismo no lugar de Vinicius Lages, ligado a Renan.

Aliados de Renan defendem que Lages vá para outro cargo, mesmo que de segundo escalão.

Mas Renan nega estar fazendo "barganha" com a presidente em prol de Lages.

Além do vídeo, uma série de documentos e manifestos em que Fachin defende a reforma agrária circularam no

Senado e serviram de combustível para aumentar as resistências à sua indicação.

Segundo a *Folha* apurou, Renan afirmou a interlocutores que Fachin dificilmente será aprovado pelo plenário.

Em entrevista, Renan disse que Fachin vai enfrentar um processo "complexo" de sabatina antes de ter seu nome analisado.

Desde que Renan foi consultado pela primeira vez sobre Fachin, em uma conversa informal com o ex-deputado petista Sigmaringa Seixas, ele tem dito que indicado com a "digital do PT" não será aprovado pelo Senado.

Fachin carrega em sua bagagem uma ligação histórica com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), o que perocupa a bancada ruralista no Senado. Integrada por 21 senadores, é a maior bancada suprapartidária da Casa.

Dessa conta deve ser excluído o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), que apoia a indicação de Luiz Fachin. (NATUZA NERY, GABRIELA GUERREIRO E LEONARDO SOUZA)

16 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Suprema escolha

Após mais de oito meses de demora, a presidente Dilma Rousseff (PT) enfim indicou o substituto do ministro Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal. Escolheu o advogado gaúcho Luiz Edson Fachin, 57, que ainda precisa ser sabatinado por uma comissão do Senado e ter o nome aprovado pelo plenário da Casa.

Como não existe vácuo de poder, congressistas usaram o atraso como deixa para ressuscitar velhas propostas de emenda constitucional que alteram a forma de nomear integrantes do STF.

Uma delas, a PEC 473/01, já considerada admissível pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, estabelece um revezamento entre a Presidência e o Congresso.

Essa e outras seis propostas conexas serão analisadas por uma comissão especial de deputados. As sugestões vão desde listas elaboradas pelo STF até a promoção automática do decano do Superior Tribunal de Justiça, passando pela criação de um conselho eleitoral.

Podem-se apontar vantagens e desvantagens nessas ideias, mas convém enfrentar questão preliminar: o atual sistema necessita de mudanças? Parece que não.

Se em tese o modelo vigente permite que a cúpula do Judiciário seja composta de pessoas próximas ao presidente, receios relativos à falta de autonomia da corte não se con-

firmaram num teste empírico importante —o julgamento do mensalão. Próceres do petismo foram condenados por um tribunal no qual 8 dos 11 membros haviam sido designados por Lula ou Dilma.

A chave está na vitaliciedade. Uma vez nomeado, o ministro só deve satisfações a si mesmo. Num ambiente que cultiva a vaidade, o cuidado com a biografia tende a valer mais que lealdades partidárias. O vício privado vale, nesse caso, como virtude pública.

O Legislativo, ainda assim, deveria participar mais do processo de escolha dos ministros, reforçando o sistema de freios e contrapesos tão caro às democracias. As regras foram desenhadas com essa finalidade, mas os senadores não exercem com o devido rigor sua prerrogativa de sabatar os candidatos e eventualmente rejeitá-los.

Nos EUA, de 151 nomes apresentados, 12 (8%) foram vetados —sem contar os que desistiram quando viram que a batalha seria difícil. No Brasil, Floriano Peixoto, presidente de 1891 a 1894, teve cinco nomeações recusadas. Desde então, porém, o Senado tem feito pouco mais que chancelar as indicações.

Antes de tentar reinventar as instituições, é melhor investir em seu aperfeiçoamento. Se os parlamentares querem influir mais, que usem as ferramentas de que já dispõem e lamentavelmente ignoram.

16 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

STF

Não é novidade, mas é preocupante que mais um integrante do STF tenha relações tão estreitas com o PT (“Dilma indica ministro ao STF após 8 meses de espera”, “Poder”, 15/4). Não conheço detalhes da vida profissional do novo ministro. Só não vi ninguém que o elogiasse que não fosse do PT ou do Paraná (Estado onde fez carreira). Será esse novo ministro isento para julgar os políticos do PT das acusações de corrupção?

LUCIANO NOGUEIRA MARMONTEL
(Pouso Alegre, MG)

A indicação de Luiz Edson Fachin para a vaga de ministro do STF nada mais é do que uma prova de “gratidão” por excelentes serviços prestados na campanha presidencial de 2010 de Dilma (“Escolhido fez campanha para petista em 2010”, “Poder”, 15/4).

ORLANDO JORGE CALAROTA
(Jaboticabal, SP)

16 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ex-delegado será relator da PEC da maioridade

Deputado defende a
redução da idade penal

A comissão especial que analisa a proposta de redução da maioridade penal de 18 para 16 anos escolheu o deputado Laerte Bessa (PR-DF) como relator do texto no colegiado. Ex-delegado, Bessa integra a "bancada da bala" no Congresso e defende a proposta de emenda à Constituição, assim como a maioria dos deputados do colegiado.

O nome de Bessa foi escolhido pelo presidente da comissão, André Moura (PSC-SE) nesta quarta (15). Bessa disse que irá ouvir as várias opiniões antes de redigir o relatório, apesar de já ter se pronunciado a favor da redução.

Em sua página no Facebook, por exemplo, classificou como "estranha" a posição da presidente Dilma Rousseff contra a redução. "Estranho uma Estadista se posicionar contra o povo brasileiro. É preocupante a obsessão do PT em não deixar reduzir a maioridade penal. Será por quê?", escreveu em 8 de abril.

Pesquisa Datafolha realizada na semana passada aponta que 87% dos brasileiros seriam a favor da redução de 18 para 16 anos, se houvesse uma consulta nacional à população. Hoje, um menor que comete crime pode ser internado por, no máximo, três anos. (MARIANA HAUBERT)

MÔNICA BERGAMO JUSTIÇA EM FOCO

Organizado por Ricardo Lewandowski, presidente do STF, e Renato Nalini, presidente do TJ-SP, o livro "Conselho Nacional de Justiça e sua Atuação como Órgão do Poder Judiciário" teve lançamento na segunda (13). O secretário municipal de Educação Gabriel Chalita escreveu o prefácio da obra, que reúne textos do jurista Ives Gandra Martins, do secretário de Segurança Pública Alexandre de Moraes e do desembargador Rui Stoco. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, compareceu ao evento, no Tribunal de Justiça de SP.

16 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

ROGÉRIO GENTILE

A hipocrisia da maioridade

SÃO PAULO - Dilma afirmou que a redução da maioridade penal, discutida no Congresso, não é solução para o problema da violência no país. Obviamente que não é, assim como o atual sistema também não. Mas será que isso é motivo para não punir severamente uma pessoa que comete um crime grave?

A legislação brasileira é hipócrita, baseada em critérios puramente biológicos. Um rapaz que mata alguém aos 18 anos é considerado um "homicida". Se tiver 17 anos, 11 meses e 29 dias, é apenas "um infrator".

A situação é tão "sui generis" que o jovem é tido como apto para escolher o prefeito, o governador ou o presidente, mas, se resolver matar qualquer um deles, não vai para a cadeia porque o direito brasileiro entende que ele não possui o desenvolvimento mental completo para compreender o ilícito dos seus atos.

É evidente, a despeito de toda briguinta ideológica em torno da discussão sobre a redução da maioridade penal, que o critério biológico

é arbitrário. Ninguém se torna mais maduro, ninguém adquire o discernimento necessário para saber o que pode ou não fazer, apenas porque completou 18 anos.

No ano passado, na véspera de atingir a maioridade, um rapaz matou a namorada com um tiro no rosto, filmou a cena e divulgou o vídeo para os amigos. É justo que uma diferença de 24 horas seja o único fator levado em conta para estabelecer se ele merece ser preso ou internado?

Mais razoável seria adotar um princípio biopsicológico para a definição da punibilidade, segundo o qual, a partir de uma idade mínima (16 anos?), o jovem que cometesse um crime passaria por uma avaliação jurídica/psicológica que indicaria se tem ou não compreensão plena da gravidade das suas atitudes.

A medida com certeza não resolveria o problema da violência, mas tornaria mais dura a vida do crime organizado, que alicia o jovem contando justamente com o mecanismo da inimputabilidade que o resguarda.

16 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Combate à corrupção e utopia punitiva

ALBERTO TORON E CELSO VILARDI

Não se discute a ocorrência de fatos graves na Petrobras, mas a afirmação do juiz do caso sobre o processo antes da sentença é inadmissível

Recentemente, os juízes Sergio Moro e Antonio César Bochenek nos brindaram com um instigante artigo no jornal "O Estado de S. Paulo".

No texto, afirmam que a Petrobras "sofreu danos econômicos severos, ilustrados pelo pagamento de propinas milionárias a antigos dirigentes e pelo superfaturamento bilionário de obras" e defenderam a necessidade de "incremento da justiça penal" com a atribuição de eficácia imediata da sentença do juiz, nos casos de crimes "graves em concreto", como grandes desvios de dinheiro público.

Não se discute a ocorrência de fatos graves na Petrobras, mas a afirmação taxativa do juiz do caso sobre o processo, antes da sentença, é inadmissível. Qualquer cidadão pode antecipar um juízo de valor sobre os fatos públicos que envolvem a Petrobras. O juiz do caso, não!

Além dos comentários sobre o caso em andamento, a proposta dos juízes significa que o acusado, ao ser condenado pelo juiz de primeiro grau, deve ir direto para a cadeia, ainda que possa apelar da sentença e vir a ser absolvido ou ter a pena mitigada. Com tal medida, os magistrados acreditam que vão contribuir para a solução da corrupção.

A proposta causa assombro quando se verifica que dois juízes pugnam pela flexibilização de uma cláusula pétrea inscrita na Constituição e que, como eles bem sabem, foi objeto de apreciação pelo pleno do STF, quando ficou assentado que o princípio da presunção de inocência garante que os acusados aguardem em liberdade o julgamento final.

A discussão é antiga. O Código de Processo Penal, de 1941, não permitia, como regra, a apelação em liberdade. Em plena ditadura militar

a regra foi abrandada. A antiga Lei do Crime Organizado já previa a impossibilidade de se apelar em liberdade. Foi revogada pela nova lei que define a organização criminosa.

Não parece que o combate à corrupção e a outros crimes de igual ou maior gravidade deva servir como mote para abandonarmos conquistas caras não só à democracia, mas ao processo civilizatório ocidental.

Muitos utilizam o exemplo do modelo americano, no qual, julgado em primeira instância, o acusado vai para a cadeia. Ocorre que lá a maioria dos casos termina em acordo. Além disso, quando o caso prossegue, a pessoa é julgada pelo júri, isto é, um órgão colegiado.

Aqui, o réu é julgado por um juiz apenas, que pode ser muito bom ou, ao contrário, arbitrário. Não há, por outro lado, um trabalho empírico demonstrando em que proporção as sentenças de primeiro grau são reformadas, mas, a julgar pela nossa experiência, ela não é pequena.

O recrudescimento do sistema penal não implica diminuição da criminalidade. Parece óbvio que os empresários e os diretores da Petrobras envolvidos na Operação Lava Jato tinham os olhos postos em coisas distantes do "sistema punitivo".

Há, na verdade, uma crise de valores combinada com mecanismos que permitem a corrupção, como a estrutura política que envolve a estatal. Se não buscarmos uma solução para a crise e sem mexer profundamente na estrutura que possibilita esse tipo de "negócio", o recrudescimento do sistema penal pouco ou nada alterará o fenômeno da corrupção.

Antes da Lava Jato tivemos o julgamento do mensalão, que redundou em condenações e prisões. Em um passado não tão remoto tivemos outras operações com empresários presos e isso não funcionou como elemento dissuasório.

Além disso, em relação aos chamados crimes hediondos, houve incremento do sistema punitivo com o aumento de penas, inviabilização da liberdade provisória nos casos de flagrante e a exigência do cumprimento integral da pena em regime fechado, que só muito tempo depois o STF veio a declarar a inconstitucionalidade, e não funcionou.

Os índices de criminalidade não caíram a despeito do "incremento" do sistema penal. Agora, ilusoriamente, quer-se adotar fórmula assemelhada para se debelar a crise que não é nova.

Afora a questão da constitucionalidade, sem estudos consistentes sobre a eficácia do aprisionamento precoce, a eficácia das apelações e sobre a própria criminalidade, vamos ter uma espécie de modelo-álibi destinado a tranquilizar a opinião pública momentaneamente com um pesado ônus sobre acusados que se presumem inocentes.

ALBERTO ZACHARIAS TORON, 56, professor da Faculdade de Direito da Faap, é advogado de Ricardo Pessoa, presidente da UTC Engenharia

CELSO SANCHEZ VILARDI, 47, professor da FGV Direito SP, é advogado de João Auler, presidente do conselho de administração da Camargo Corrêa

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Nova avenida

A nova preocupação da cúpula do PT após a prisão de João Vaccari Neto é a suspeita que a força-tarefa da Lava Jato e o juiz Sérgio Moro jogaram sobre o pagamento feito pelo partido a gráficas. Segundo membros da direção da sigla, o tesoureiro nunca deu detalhes sobre a contratação dessas empresas — sua defesa se concentrava nas doações de empreiteiras. Petistas creem que Moro abriu o novo flanco por crer que as doações não seriam suficientes para condenar os acusados.

Na mira Integrantes da força-tarefa da Lava Jato dizem que Sérgio Moro já reuniu evidências para decretar a prisão de José Dirceu.

Gatilho A senha foi o despacho em que o juiz lembrou que empreiteiras que contrataram Dirceu se valeram de “consultorias fictícias para pagamento de propinas”.

Em família Petistas se queixam da prisão da cunhada de Vaccari e da condução coercitiva de sua mulher para prestar depoimento. Veem nos procedimentos uma forma de “coação” do tesoureiro.

16 ABR 2015

Processo contra deputado do PSDB é extinto

Ação ficou mais de três anos parada com relator

O deputado estadual Barros Munhoz (PSDB-SP) livrou-se de ação penal que o acusava de apropriação e desvio de recursos públicos, por 33 vezes, quando foi prefeito de Itaipira (SP), entre 1997 e 2004.

Como Munhoz completou 70 anos em 2014, sua pena prescreveu. Essa era a única acusação restante contra ele, depois que a Justiça reconheceu, em 2012, a prescrição de outros crimes dos quais o ex-prefeito era acusado — formação de quadrilha, fraude a licitação e omissão de informações ao Ministério Público.

A ação ficou parada por mais de três anos nas mãos do desembargador Armando de Toledo. O juiz é suspeito de ter retardado a sentença em benefício do tucano.

O Ministério Público acatou a decisão, registrando “lamentavelmente, as mesmas circunstâncias de tempo” que propiciaram a prescrição de outros crimes.

Uma reclamação disciplinar contra Toledo — que se aposentou e assumiu o cargo de consultor do presidente da Petrobras, Aldemir Bendine — encontra-se no Conselho Nacional de Justiça e espera julgamento desde 2013.

Toledo diz preferir não fazer comentários porque o caso está “em apreciação pela autoridade competente”. (FREDERICO VASCONCELOS)

16 ABR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Pai terá que indenizar mulher ofendida por filho em rede social

Justiça gaúcha condenou homem a pagar R\$ 5.000 por comentário de menino de 11 anos

PAULA SPERB
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM CAXIAS DO SUL (RS)

Ao ver que um amigo havia publicado no Facebook uma foto com uma “mulher mais velha”, Bruno (nome fictício), 11, não pensou duas vezes. “Ela fica com todo mundo”, escreveu. “Vale R\$ 1,99”.

Quatro anos depois, a conta sobrou para o pai do garoto, condenado a indenizar em R\$ 5.000 a mulher ofendida.

Advogado, ele ainda tentou recorrer, mas seu pedido foi indeferido pela Justiça gaúcha em 27 de março.

O pai desistiu de brigar na Justiça e afirma que a conta “está saindo baratíssima”, porque, por outro lado, o filho “se transformou em um menino fora de série, comportado”.

“A internet é uma arma apontada contra nós mesmos”, lamenta. Bruno também foi punido, na esfera penal, e terá de cumprir quatro dias de trabalho comunitário.

“Foi uma bobagem dele por ciúmes do outro [amigo], que estava namorando. Ele quis criticar o colega, mas em vez disso falou aquilo de ‘R\$ 1,99’”, disse o pai. A mulher era maior de idade na época da postagem e o amigo tinha entre 15 e 16 anos.

OBRIGAÇÃO DOS PAIS

A juíza Glaucia Dipp Dre-

her, relatora do recurso, diz que a decisão facilitará que casos semelhantes também sejam punidos.

“Esses abusos [nas redes sociais] estão sendo coibidos. Não para casos de meras declarações, mas sim quando há prova de que os comentários não ficaram restritos entre as partes e alcançaram a opinião pública”, explica a juíza.

No caso de Bruno e do pai, pesou o fato de morarem em uma cidade de apenas 7.000 habitantes no RS. A postagem do garoto repercutiu, e a defesa alegou que o estrago à imagem da mulher foi grande.

Para Patrícia Montemezzo, professora do curso de direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS), essas situações estão cada vez mais comuns.

“Às vezes eles [os pais] não têm como controlar 100% o que os filhos postam, mas é dever”, diz, ressaltando que a responsabilização dos pais pelas infrações dos filhos está prevista no Código Civil.

O advogado da mulher, Ayrton Marques Portela Lopes, disse que sua cliente apagou o perfil no Facebook. Segundo ele, a vida dela “mudou muito” depois que um jornal local noticiou o fato.

A Folha não publica o nome dos envolvidos para preservar o menino, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Paraná e o Supremo

Durou mais de um século o ostracismo vivido pelo meio jurídico paranaense na composição do Supremo Tribunal Federal. Desde o lapiano Ubaldino do Amaral, ainda no século 19, estivemos ausentes da mais alta corte da Justiça brasileira até a indicação de Luiz Edson Fachin, na última terça-feira.

É verdade que o mesmo esquecimento não se repetiu em outros tribunais superiores. Félix Fischer, Néfi Cordeiro e Sérgio Kukina representam o estado com competência no Superior Tribunal de Justiça. João Oreste Dalazen chegou à presidência do Tribunal Superior do Trabalho, que também tem Fernando Eizo Ono. Igualmente no Ministério Público Federal já tínhamos marcado presença, com a gestão de Antonio Fernando Barros e Silva de Souza como procurador-geral da República. Faltava nossa presença no Supremo.

Não por acaso, Fachin vinha sendo cogitado havia anos para compor o STF. Por razões que a própria razão desconhece, foi preterido algumas vezes, até se tornar favorito e, enfim, indicado. Uma vitória do Paraná, acima de tudo.

Há muito tempo não víamos tamanha união em torno de um nome. Estiveram juntas nesse pleito as bancadas paranaenses na Câmara Federal e no Senado da República, lideranças do direito através da OAB-PR e IAP-PR, órgãos judiciários e entidades da sociedade civil, representando o anseio comum de ver o ex-diretor da Faculdade de Direito da UFPR vestir a toga no Supremo.

Fachin, doutor em Direito, possui todas as qualificações para o cargo. O Brasil espera muito dele. Suas

credenciais permitem que imaginemos uma passagem brilhante pelo tribunal. Em seu currículo os números são expressivos. É autor de 145 artigos publicados em revistas especializadas, autor ou organizador de 42 livros e de 137 capítulos de obras doutrinárias do direito, além de ter prefaciado 84 publicações na área. O número de trabalhos em palestras e conferências chega a quase 300 apresentações, conforme noticiado pela imprensa.

A repercussão da indicação foi a melhor possível, com elogios vindos de seus futuros colegas no STF e de juristas de todo o país.

Não podemos esquecer, porém, que ainda resta a sabatina à qual Fachin será submetido no Senado Federal. Sua honradez, conhecimento jurídico de qualificação internacional e experiência como professor e advogado com certeza irão permitir que supere este último obstáculo.

A chegada de Luiz Edson Fachin ao Supremo Tribunal Federal mostra não só o reconhecimento da cultura jurídica paranaense como também da nossa sociedade, com frequência acusada de se mostrar mais interessada em destruir do que consolidar biografias, resquício de uma hipotética antropofagia que já não se verifica. A competência dos advogados paranaenses não precisa ser testada. Ela é demonstrada diariamente nos foros, nos pareceres, nas obras jurídicas. E agora é traduzida na escolha do novo ministro do Supremo.

Para o Instituto dos Advogados do Paraná, a indicação do professor Fachin é duplamente elogiosa. Fundada em 1917, pela primeira vez essa notável instituição verá um de seus membros atingir o mais alto patamar da carreira jurídica no país.

José Lucio Glomb é presidente do Instituto dos Advogados do Paraná.

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Renan prevê processo 'complexo' para Fachin

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse nesta quarta-feira (15) que o advogado paranaense Luiz Fachin, indicado para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pela presidente Dilma Rousseff, vai enfrentar um processo "complexo" de sabatina pelos senadores antes de ter seu nome analisado pela Casa.

Fachin deverá ser sabatinado pelo Senado no próximo dia 29. A informação foi dada por Renan. Os dois se encontraram nesta quarta-feira (15), um dia depois de Fachin ter sido indicado por Dilma.

Declarações

Apesar de declarar ter ficado "muito bem impressionado" com Fachin, Renan lembrou que o Senado já derrubou a indicação de um ministro ao Supremo no passado.

"Esse processo é sempre um processo complexo de sabinas que se aprimoram a cada dia. O Senado já teve um momento em que derrubou um indicado para o Supremo Tribunal da República [sic], mas fez isso no início da República, quando Floriano Peixoto mandou o nome de um médico para o Supremo Tribunal Federal, Barata Ribeiro. Mas esse não é um precedente que nessas horas possa ser lembrado", alfinetou.

O peemedebista disse que não vai influenciar na votação da indicação de Fa-

chin para o STF e vai agir "apenas igual a um senador".

"Não posso me manifestar como presidente do Senado. Não cabe ao presidente do Senado vetar, apoiar, indicar. Essa é uma indicação da presidente da República."

Informações

Renan disse que, se a presidente Dilma Rousseff escolheu o nome do advogado para o STF, deve ter o "nível de informações máximas" sobre o seu currículo.

"Senão, a presidente não mandaria", afirmou o senador. Renan disse à presidente Dilma que o nome de Fachin não passaria fácil pelo Senado.

REQUIÃO

O senador Roberto Requião (PMDB) assumiu a função de principal "cabo eleitoral" da indicação ao STF do professor da UFPR Luiz Fachin entre os peemedebistas do Senado. Nesta quarta (15), Fachin esteve em um almoço na casa do paranaense, onde estava previsto um encontro com o líder do PSDB no Senado, Cassio Cunha Lima (PB).

Paranaense poderá julgar presidentes do Senado e da Câmara

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

Caso seja aprovado pelo Senado para o Supremo Tribunal Federal (STF), o professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Luiz Fachin poderá fazer parte do julgamento dos atuais presidentes das duas Casas do Congresso Nacional, Renan Calheiros (PMDB-AL) e Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ambos aparecem na lista de políticos suspeitos de envolvimento na Operação Lava Jato, que investiga crimes de corrupção, principalmente na Petrobras. Isso ocorre porque o julgamento dos chefes da Câmara e do Senado é feito pelo plenário do Supremo. Por outro lado, Fachin não deverá compor o colegiado que poderá julgar os demais políticos citados nas investigações, como os deputados paranaenses Dilceu Sperafico e Nelson Meurer (ambos do PP) e a senadora Gleisi Hoffmann. Esses casos cabem à 2ª Turma de ministros do STF, que já está completa e da qual Fachin não fará parte.

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Fachin1

Só mesmo uma razão antirrepublicana poderá impedir que o jurista paranaense Edson Luiz Fachin torne-se ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Como jurista de reconhecida competência e como homem detentor de caráter absolutamente íntegro, não há nenhuma razão para que sua indicação pela presidente Dilma Rousseff seja desaprovada pelo Senado.

Fachin2

Entretanto, há riscos que atendem pelo nome de Renan Calheiros, presidente da Casa, e que, ultimamente, tem se dedicado (na companhia do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha) a jogos de pressão política contra a presidente. Renan e Cunha, ambos do PMDB, empenham-se em luta sangrenta contra a hegemônica presença do PT no governo – embora demonstrem mais interesse por cargos do que por programas de governo.

Fachin3

Fachin é identificado por setores do PMDB como simpatizante do PT – ponto “negativo” contra sua nomeação para o Supremo na suposta visão de Calheiros – que não tem poderes para dar a palavra final, mas comanda cordeis políticos internos que teoricamente podem levar a maioria dos senadores a rejeitar a indicação do jurista. A possibilidade é remota mas não impossível.

Fachin4

Se agir assim, Renan Calheiros terá, no entanto, prestado um de seus piores serviços à República. Estudioso, equilibrado, equidistante e honesto, o professor Luiz Edson Fachin reúne todas as condições para exercer com isenção e competência a função de ministro da mais alta Corte de Justiça do país – e num momento histórico da vida nacional que mais precisa de homens como ele.

COLUNA DO LEITOR

STF

O Paraná se sente honrado por este grande mestre, Luiz Edson Fachin, ser indicado para um dos cargos de maior importância no cenário nacional (*Gazeta*, 15/4). Parabéns, professor Fachin, uma das grandes mentes do Direito deste país.

Doroti de Souza Coelho

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Indicado ao STF é cobrado por apoio a Dilma em 2010

Vídeo publicado no Youtube mostra o paranaense Luiz Fachin pedindo votos para a petista

BRASÍLIA
Folhapress

Indicado pela presidente Dilma Rousseff para o Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado Luiz Fachin disse nesta quarta-feira (15) que sabe distinguir as "direções e os diversos momentos" de sua vida profissional. Foi uma resposta ao fato de aparecer em um vídeo de 2010 em que pede voto para a petista.

"A vida implica em diversos momentos no exercício da cidadania, em tomada de algumas direções. Eu sei bem distinguir as direções e os diversos momentos. Tenho certeza que meu comportamento e minha trajetória in-

dicam também nessa direção."

Senadores da oposição afirmam que o vídeo coloca a indicação sob suspeita, pois, como ministro, ele terá de julgar casos envolvendo membros do governo no STF.

Fachin evitou dar detalhes sobre o vídeo, disponível no Youtube. O advogado disse que responderá a todos os questionamentos em sua sabinata na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, marcada para 29 de abril.

Na filmagem, Fachin defende voto em Dilma ao ler um manifesto de juristas. "Em homenagem e respeito ao Senado, vamos desenvolver todos esses temas e outros que forem do interesse dos senadores por ocasião da sabinata", disse ele. "E eu, desde logo, com humildade, estou à disposição dos senadores e evidentemente prestarei todos os esclarecimentos que forem necessários", completou.

Fachin se reuniu com o presidente do Senado, Renan

Calheiros (PMDB-AL), a quem entregou seu currículo. E visitou senadores.

Além do vídeo, uma série de documentos e manifestos em que Fachin defende a reforma agrária circularam no Senado e serviram de combustível para aumentar as resistências à sua indicação.

Fachin carrega ainda em sua bagagem uma ligação histórica com o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), o que preocupa a bancada ruralista no Senado. Integrada por 21 senadores, é a maior bancada suprapartidária da Casa.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), teve suas propriedades invadidas pelo MST no último mês de março. Em público Eunício Oliveira tem dito, entretanto, que não vê problemas na indicação de Fachin.

Dessa conta deve ser excluído o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que apoia e trabalhou pela indicação de Luiz Fachin.

Gastos da União com demandas judiciais de saúde

cresce

500%

Em 2014, pedidos de remédios ou tratamentos médicos custaram R\$ 843 milhões ao governo federal. No Paraná, valor chegou a R\$ 90 mi

| Carolina Pompeo

Recorrer à Justiça para conseguir um remédio ou tratamento médico é alternativa crescente no país, representando custos elevados para o Estado. Nos últimos cinco anos, o governo federal viu esse tipo de gasto crescer 500%: em 2010, foram destinados R\$ 139 milhões para o cumprimento de determinações judiciais; em 2014, o Ministério da Saúde dispendeu R\$ 843 milhões para o pagamen-

to de medicamentos, tratamentos, cirurgias e equipamentos garantidos judicialmente. O montante é ainda maior, uma vez que esse valor é referente apenas às ações movidas contra a União. A grande maioria aciona estados ou municípios.

Atualmente, tramitam nos tribunais federais e estaduais 393 mil processos por razões de saúde. Desse total, só 62 mil correm na Justiça Federal, ou seja, acionam a União. O restante corre na esfera estadual ou municipal.

Os números levantados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelam disparidades: enquanto o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul ocupa com folga a primeira posição no ranking processual, com 113 mil ações em trâmite, os tribunais do Acre e do Pará tratam de sete e 19 ações, respectivamente. Entre os estados do Sul, o TJ do Paraná é o que tem menos ações: 2,6 mil. Em Santa Catarina correm 18 mil processos.

Paraná

Apesar de o Paraná figurar entre os estados com menor número de ações em trâmite, verificou-se um aumento das demandas judiciais por saúde e dos consequentes gastos do

poder público. Em cinco anos, o volume dispendido pelo governo estadual com essa questão aumentou 150% — esse valor engloba só o custeio de remédios, pois gastos com outros insumos de saúde, como cirurgias e equipamentos, não são discriminados do orçamento total direcionado à saúde.

Conforme dados fornecidos pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), em 2010, 984 pacientes obtiveram na Justiça o direito a algum medicamento; nesse ano, o atendimento às determinações judiciais custou ao estado R\$ 35,7 milhões. Em 2014, 3.646 novos pacientes passaram a ser atendidos pelo poder público após recorrer ao Judiciário, e os gastos elevaram-se para R\$ 90,4 milhões. Hoje, o Paraná fornece remédios a 7.198 pessoas em cumprimento a determinações da Justiça.

Na avaliação do procurador Marco Antonio Teixeira, presidente do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção à Saúde Pública, do Ministério Público do Paraná, a judicialização em excesso implica uma série de prejuízos.

Além dos enormes valores dispendidos pelos municípios, estados e União, Teixeira lembra que quando alguém recorre à Justiça significa que o sistema de saúde falhou. “Quando alguém pede por algum insumo de saúde na Justiça, não é apenas aquele indivíduo que necessita desse insumo. Parece que os gestores não entendem o processo como indicador e encerram a questão precocemente, com a determinação judicial.”

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

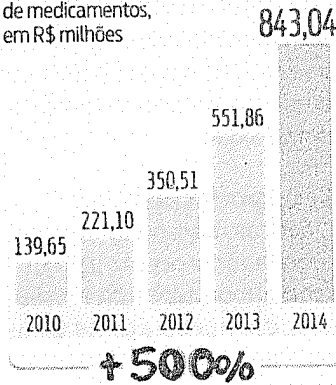
NA JUSTIÇA

GAZETA DO POVO

Volume de ações que buscam na justiça acesso ao SUS cresce no Brasil e no Paraná

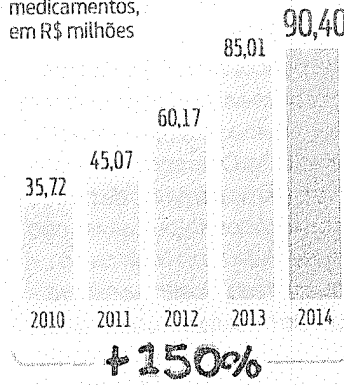
Gastos da união com demandas judiciais

Depósitos judiciais e compra de medicamentos, em R\$ milhões

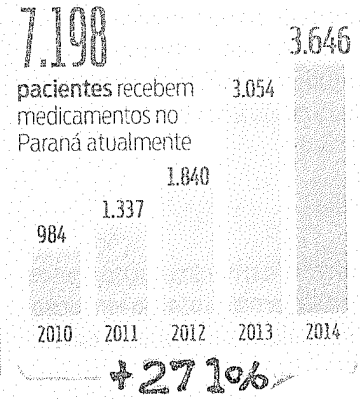


Gastos do estado do Paraná com demandas judiciais

Apenas compra de medicamentos, em R\$ milhões



Novos pacientes beneficiados por determinações judiciais do TJ-PR



Fonte: Ministério da Saúde e Sesa. Infografia: Gazeta do Povo.

FORA DO BRASIL

Para que um tratamento no exterior seja concedido via judicial, devem-se comprovar três condições: a inexistência do tratamento no Brasil; o êxito do tratamento ao qual se postula fora do país, com comprovação científica e publicações em revistas especializadas; e aptidão do paciente ao medicamento ou transplante.

DEVER DO ESTADO

Universalização do tema pode explicar demanda crescente

Outro aspecto que pode explicar o crescente número de demandas judiciais por saúde no Brasil é o conceito de universalização do tema. "O Brasil tem essa peculiaridade constitucional, que diz que a saúde é um dever do Estado e um direito do cidadão. A lei garante o que o Ministério da Saúde e outros gestores públicos por vezes não conseguem contemplar na previsão orçamentária, porque o crescimento da economia do país não acompanha o aumento dos gastos com saúde", explica o advogado Martim Palma, presidente da Comissão de Direito à Saúde da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR).

Palma considera o volume de processos na Justiça brasileira (393 mil) altíssimo. "Esse fenômeno precisa ser discutido, pois

quando se judicializa um tratamento, todos perdem, uma vez que há custos judiciais, tempo de processo e pericia técnica." Por outro lado, complementa o advogado, a qualidade das decisões judiciais tem melhorado. Isso ocorre devido ao aprimoramento do conhecimento do próprio magistrado sobre tais demandas e ao estabelecimento de critérios que balizam as determinações, como protocolos feitos por associações e sociedades médicas que auxiliam o juiz na avaliação de cada caso.

"As decisões estão mais maduras. Já acompanhei situações de pacientes que viajaram ao exterior para tratamentos experimentais, de altíssimo custo, que não representaram melhora no quadro. Hoje, são raras aquelas que fornecem remédios experimentais, sem comprovação científica. Para que

seja fornecido um medicamento de alto custo, o paciente deve comprovar que utilizou o protocolo da medicação existente sem alcançar efeito." (CP)

CONTINUA

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Defasagem no SUS motiva ações

De modo geral, os processos são motivados pela falta de um medicamento no rol de serviços oferecidos gratuitamente pelo SUS ou pela indisponibilidade de um item custeados pelo poder público. A maior parte dos valores repassado pela União para cumprir determinações judiciais custeia remédios. Em 2014, R\$ 442 milhões (52% do total) foram utilizados para a aquisição de só 20 medicamentos.

Segundo o Ministério da Saúde, a assistência farmacêutica ofertada pelo SUS é ampliada todos os anos visando a redução das demandas judiciais. Dos 20 medicamentos mais solicitados em juízo em 2014, sete já foram incorporados pelo SUS. O investimento na aquisição desse tipo de insumo também cresceu em cinco anos: de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 12,4 bilhões. Ainda assim, a busca na Justiça por medicamentos sugere que o rol de itens ofertados não atende toda a demanda.

Para o médico Maurício Ribas, presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, há um descompasso entre oferta e custo de medicamentos e tratamentos e o orçamento público. "As demandas sempre são maiores que o dinheiro disponível. O efeito perverso da judicialização da saúde é que quando um paciente é contemplado judicialmente, é provável que falte medicação para outros."

Ribas defende a racionalização dos recursos por parte de todos os agentes envolvidos. "O dever do médico é ofertar o que há de melhor para seu paciente. Mas há um dilema aí: qual é o custo de uma liberação judicial para todo o sistema de saúde?" Para ele, a comunidade médica deve tentar viabilizar o tratamento com o que está disponível na rede pública. "E quando algum procedimento não contemplado pela rede for refeitado, que seja mediante fundamentação adequada."

Na avaliação do advogado Martim Palma, há outro problema: a lentidão com que processos de inclusão de novos medicamentos são avaliados. O MS informou que a incorporação de novas tecnologias no SUS se dá a partir de rigorosa análise da eficácia, efetividade e custo-benefício dessas tecnologias. A aprovação está vinculada também a regras quanto à indicação e forma de uso.

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLITICA

Lanchinho caro

O Tribunal de Justiça do Paraná vai gastar R\$10 mil por mês em frutas como laranja, banana e mamão para o lanche dos magistrados e servidores. Por mês, o tribunal receberá até 3,5 mil quilos de laranja pêra, a um custo de R\$1,9 mil, e 200 quilos de nectarina por R\$ 987. Serão 15 variedades de frutas, entregues três vezes por semana pela Alecrim Comércio de Produtos Hortifrutigranjeiros, com sede em Campo Largo. A licitação foi assinada pelo presidente Paulo Roberto Vasconcelos e consta do diário oficial do TJ do último dia 8.

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Gestão Richa prevê déficit de R\$ 4,9 bi até fim do mandato

De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016, as contas do governo do Paraná fecharão no vermelho entre 2015 e 2018

Euclides Lucas Garcia

O discurso do governador Beto Richa (PSDB) de que “o melhor está por vir” neste segundo mandato não encontra respaldo nas projeções econômicas do próprio Executivo. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016, as contas do governo do Paraná fecharão no vermelho de 2015 a 2018. O déficit total está estimado em R\$ 4,9 bilhões ao longo dos quatro anos de gestão tucana. A proposta encaminhada nesta quarta-feira (15) à Assembleia Legislativa também revê para baixo a previsão de crescimento do PIB estadual nesse período.

A LDO define de maneira genérica as políticas públicas para o ano seguinte — o detalhamento dos recursos que serão aplicados e dos programas de governo será feito posteriormente na Lei Orçamentária Anual (LOA). Na

comparação das propostas para 2015 e para 2016, o Executivo reviu suas projeções e traçou um cenário de crise permanente para a segunda gestão de Richa no Palácio Iguazu.

O rombo projetado para as contas estaduais está explícito na previsão de resultado primário — receitas menos despesas — para o período 2015-2018 (veja gráfico). A LDO para 2015 traçava superávits ao longo de todo o segundo mandato do tucano. Por outro lado, a lei para 2016 projeta déficits nesse período. Em relação ao que vem, por exemplo, o que seria um superávit de R\$ 5,8 bilhões transformou-se num déficit de R\$ 2,8 bilhões.

Já para este ano, a previsão de entrada de receitas foi majorada: de R\$ 42,5 bilhões para R\$ 44,3 bilhões. A previsão de despesas, no entanto, cresceu numa proporção bem maior: de R\$ 38,4 bilhões para R\$ 44,8 bilhões — aumento de mais de 25%.

O cenário ruim previsto para os próximos quatro anos se refletiu também nas estimativas de crescimento do PIB do estado. Se na LDO anterior, o governo projetava 4,5% de crescimento em 2015, a proposta atual prevê apenas 1%.

Os números previstos na LDO para 2016 colocam em xeque não só o discurso do próprio Richa, como também do secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa. Nas várias entrevistas que deu desde que assumiu o cargo, Costa tem dito que o ajuste fiscal que vem sendo feito pelo governo — ancorado, principalmente, no aumento do ICMS e do IPVA — permitiria ao Executivo “colher os frutos” e retomar os investimentos a partir do ano que vem.

CONTINUA

16 ABR 2015

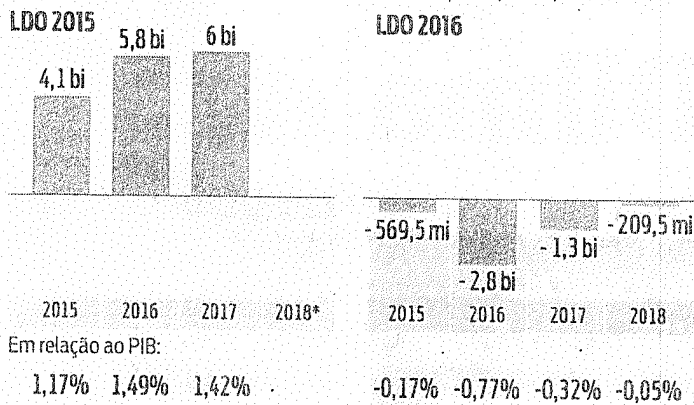
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

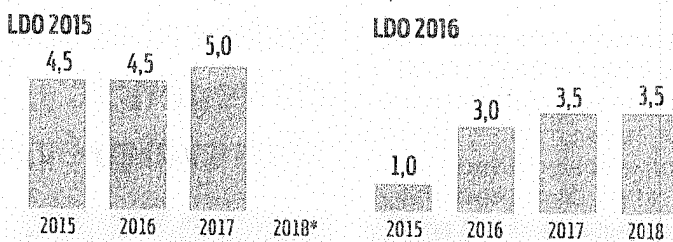
CRISE PERMANENTE

Na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, o governo reviu a previsão do resultado primário (receitas menos despesas) e projetou déficit para os quatro anos da segunda gestão Richa. Crescimento do PIB também foi revisto para baixo.

RESULTADO PRIMÁRIO Receitas menos despesas, em R\$



CRESCIMENTO DO PIB ESTADUAL, Em %



Fonte: LDO para 2016. Infografia: GP. *Previsão não disponível na LDO 2015

MANOBRAS FISCAL

Os deputados estaduais aprovaram, em primeira discussão, a nova versão do "pacote" fiscal do governo. A maior polêmica girou em torno do artigo do projeto que permite ao Executivo descumprir a meta fiscal prevista para 2014. A proposta reduz em até R\$ 3,5 bilhões o resultado primário para o período 2013-2016. A mudança vai adequar a LDO ao rombo de R\$ 935 milhões das contas estaduais em 2014, evitando uma possível reprovação por parte do Tribunal de Contas do Estado (TC).

CONTINUA

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Governador quer liberdade para remanejar 20% das receitas

O governador Beto Richa (PSDB) quer remanejar até 20% das receitas do estado sem precisar consultar a Assembleia Legislativa. A proposta, que está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016, daria ao tucano liberdade para gastar como quiser R\$ 8,3 bilhões no ano que vem. O projeto ainda reduz o orçamento da Defensoria Pública dos atuais R\$ 140 milhões para apenas R\$ 45 milhões.

Historicamente, a legislação previa que 5% das receitas estaduais fossem remanejadas livremente pelo governo. No fim do ano passado, porém, o Executivo conseguiu aprovar na Assembleia uma emenda à lei orçamentária elevando o índice para 15%. Agora, quer aumentar mais cinco pontos percentuais. O texto da LDO não apresenta justificativa para a medida.

Defensoria

Outra proposta polêmica reduz em 68% o orçamento da Defensoria Pública para 2016. No fim do ano passado, a base governista no Legislativo autorizou o Executivo a repassar até R\$ 90 milhões dos R\$ 140 milhões destinados ao órgão para a secretaria da Fazenda, para permitir que os recursos fossem utilizados em outras despesas.

Uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), porém, proibiu o governo de fazer o remanejamento.

Há um mês, outra liminar, do Tribunal de Justiça do Paraná, determinou que o governo repassasse o duodécimo mensal à Defensoria, que não vinha sendo feito desde janeiro e comprometia o trabalho das 22 unidades do órgão. O repasse mensal de R\$ 11,6 milhões é usado no pagamento de pessoal e em despesas de custeio, como aluguel, água e luz nas sedes do interior, que convivem constantemente com o risco de fechamento.

O Comitê Londrinense Pró-Defensoria Pública, por exemplo, denunciou recentemente ao Ministério Público o "abandono" da unidade. Com apenas quatro defensores – precisaria de 40 – e sem estrutura, a unidade faz apenas 10 atendimentos/dia. (ELG)

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Máfia dos auditores criou esquema familiar, diz Gaeco

LONDRINA

Da Redação do Jornal de Londrina

Auditores fiscais denunciados na Operação Publicano como integrantes de uma organização suspeita de favorecer a sonegação de impostos em troca de propina empurraram a família para dentro do esquema, segundo apontam as investigações do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Em alguns casos os familiares foram colocados como donos "formais" de empresas que na verdade pertenceriam aos auditores, segundo o Gaeco. Conforme os investigadores, há casos de empresas que eram usadas para fazer transações fictícias e gerar créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

As suspeitas recaem sob a Tarfil Comércio de Tarugo e a Perfil, Metais e Alumínios. Há casos de empresas de factoring, como a Paraná Cash e a Masterinvest. Nesses casos a propriedade real das empresas é atribuída pelos investigadores a Luiz Antônio de Souza, que era inspetor-geral de fiscalização da Delegacia da Receita Estadual em Londrina.

Souza é o investigado que mais tem familiares denunciados pelo MP: além das suas duas irmãs presas (uma auditora fiscal, Rosângela Semprebom, e outra servidora da Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização, Rosineide de Souza), ele teve a esposa, sogra, uma filha e a

mãe também denunciadas pelo Ministério Público.

A Tarfil tem como proprietária oficial Tatiane Vieira, que trabalha como copeira no Comando Regional da Polícia Militar, contratada por uma empresa terceirizada. Em depoimento ao Gaeco, ela disse desconhecer a existência da empresa. A Tarfil foi aberta pelo contador Helder Flávio Bueno, ex-cunhado de Souza e irmão de Marco Antônio Bueno, outro auditor fiscal preso. Para o Ministério Público, ele é integrante do esquema, embora tenha colaborado com as investigações. O advogado dele, Itauby Moraes, diz que seu cliente apenas abriu a empresa.

O advogado Walter Bittar, que defende Rosineide e Rosângela, irmãs de Souza, tem dito que elas só estão presas pelo parentesco com o auditor. Bittar também é advogado de Souza, mas só na esfera cível.

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

Caso Justus pode ter sessões abertas

Relator do processo contra o deputado Nelson Justus (DEM) na Assembleia Legislativa do Paraná, Missionário Ricardo Arruda (PSC) defendeu que as próximas reuniões do Conselho de Ética sejam abertas. As duas primeiras reuniões do grupo ocorreram a portas fechadas, sob a justificativa de que corre em sigilo a denúncia criminal oferecida contra Justus ao Judiciário pelo Ministério Público.

“Aqui é a Casa do povo. Não há razão para fazermos as reuniões a portas fechadas porque o processo corre em segredo de Justiça. Estaremos abrindo apenas o nosso relatório”, argumentou Arruda, em meio a um discurso do presidente do conselho, Pastor Edson Praczyk (PRB). Em resposta, o parlamentar pediu ao colega que encaminhasse o pedido por escrito.

Mais tarde, porém, Praczyk sinalizou que deve manter sigilosas as reuniões do conselho. O deputado do PRB negou um pedido do advogado Jorge Kruger para acompanhar, como cidadão, os encontros que analisam o caso de Justus. Kruger argumentava que os paranaenses e a imprensa estão cerceados de tomar conhecimento a respeito do andamento do processo, ferindo os princípios da moralidade e legalidade previstos na Constituição.

Segundo Praczyk, o regimento interno da Assembleia não prevê participação popular nas reuniões do Conselho de Ética e só menciona a presença do corregedor da Casa, além dos cinco membros do grupo. Ele justifica ainda que o processo contra Justus corre em sigilo no Judiciário, e que as regras legislativas preveem

“discrição” e até perda temporária do mandato ao deputado que vazar informações de “caráter reservado”. (ELG)

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Caixa forte 1

O presidente nacional da OAB, Marcos Vinícius Furta-
do Coelho, confirmou presença na cerimônia de rei-
nauguração da antiga sede da OAB-PR, o Edifício
Maringá, na Rua Cândido Lopes, que ocorre hoje a
partir das 17h30. Será sua primeira visita ao estado desde que
assumiu a presidência do Conselho Federal da entidade. Coe-
lho será recepcionado pelo presidente da seccional, Juliano
Breda, e por José Augusto Araújo de Noronha, presidente da
Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, proprietária e
responsável pela revitalização do prédio.



Marcos Vinícius era um dos nomes cotados para a vaga de Jo-
aquim Barbosa no STF, para a qual a presidente Dilma Rous-
seff indicou o jurista Luiz Edson Fachin, de Curitiba.

Caixa forte 2

Primeira sede da OAB-PR, entre 1957 e 2006, o Edifício Mar-
ingá passou por uma restauração completa bancada pela Caixa
de Assistência dos Advogados do Paraná. Os 12 andares fun-
cionarão como um espaço de cultura, lazer e assistência aos
advogados do estado. Entre as novidades estão salas de aula
da Escola Superior de Advocacia (ESA) e de reuniões, bibli-
teca, estações de trabalho, consultórios médicos e um café.

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

87% dos brasileiros aprovam redução da maioridade

Índice foi o maior já obtido pelo Datafolha, que fez estudo semelhante também em 2003 e 2006. Comissão especial da PEC 171/93 elegeu seu relator ontem

Folhapress

Uma pesquisa do Datafolha realizada na semana passada e divulgada na quarta-feira (15) no jornal *Folha de S. Paulo* revela que 87% dos brasileiros são a favor da redução da maioridade penal de 18 para 16 anos. Entre os favoráveis, 74% defende a redução para qualquer crime. E 26% acham que a redução deve valer apenas para determinados delitos.

É o maior percentual já registrado pelo Datafolha desde a primeira pesquisa realizada sobre o tema, em 2003, e também em um segundo le-

vantamento em 2006, quando 84% foram favoráveis à redução da idade. Os contrários à mudança somaram 11%.

A maior aprovação à proposta de reduzir a maioridade está nas regiões Centro-Oeste (93%) e Norte (91%), enquanto a maior rejeição está entre os que têm ensino superior (23%) e os que têm renda de mais de dez salários mínimos (25%).

A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Comissão

Ainda ontem, a comissão especial que analisa a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 171/93, que sugere

a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, escolheu o deputado Laerte Bessa (PR-DF) como relator do texto no colegiado. Bessa é ex-delegado e ex-diretor da Polícia Civil do Distrito Federal e é favorável à proposta de emenda à Constituição, assim como a maioria dos deputados que compõem o colegiado.

O nome de Bessa foi definido pelo presidente da comissão, deputado André Moura (PSC-SE) na reunião de quarta-feira (15). Ao ser anunciado como relator, Bessa afirmou que vai ouvir as várias opiniões antes de construir seu relatório.

Uma pesquisa realizada pela Agência Câmara na segunda-feira (13) mostrou que dos 27 integrantes do colegiado, 21 apoiam a antecipação da responsabilização penal como adulto.

Apesar do posicionamento, a maioria — 14 deputados — defende que a redução deveria valer apenas para casos de crimes hediondos, como homicídio qualificado, roubo seguido de morte, estupro e sequestro.

IMPUNIDADE

O principal argumento dos parlamentares a favor da mudança é que ela reduziria a sensação de impunidade. Para os contrários, o sistema prisional não tem condições de recuperar os adolescentes infratores.

16 ABR 2015

GAZETA DO POVO

GEROLDO AUGUSTO HAUER

Danos corporais e seguro de automóvel

ARTIGO

GEROLDO AUGUSTO HAUER, sócio-fundador, G.A.Hauer Advogados Associados (geroldo@gahauer.com.br). Colaboração: Carolina Chaves Hauer, G. A. Hauer Advogados Associados

Accidentes de trânsito são comuns no cotidiano de qualquer cidadão. Para ter resguardados seus direitos e evitar transtornos, muitos contratam seguro de automóvel. No entanto, muitas vezes, para recebimento do seu direito o segurado tem de levar a discussão ao Judiciário, e então depara-se com uma situação ou cláusula que nem sempre são apresentadas à primeira vista.

O julgamento do Recurso Especial 1311407 pelo Superior Tribunal de Justiça é um exemplo desse tipo de surpresa. Um casal pedia indenização securitária pela morte de seu filho, ocorrida em um acidente de carro. Mas a Terceira Turma negou provimento ao recurso, por entender que a cobertura dos danos corporais somente era

para terceiros conforme orientação da seguradora.

O entendimento da Turma foi no sentido de que, no contrato de seguro de automóvel, a cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V – danos corporais) somente abrange lesões sofridas por terceiros. Para haver indenização ao segurado ou a seus beneficiários, é preciso contratar uma cláusula adicional, a de Acidentes Pessoais de Passageiros (APP).

O casal recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, pois não obteve êxito no Tribunal de Justiça de São Paulo, para o qual não houve contratação expressa da cobertura de APP para segurar danos corporais causados ao condutor e demais passageiros, razão pela qual não poderia a seguradora ser obrigada a suportar o significativo agravamento do risco.

Segundo alegações do casal, a seguradora nunca os informou que a indenização por danos corporais era somente válida para terceiros e que a cobertura por acidentes pessoais envolvendo passageiros seria uma cobertura opcional.

Nas razões do recurso, o ca-

sal defendeu que a seguradora não explicou claramente as diferentes maneiras de contratação de seus produtos e serviços. “Nos contratos de adesão, as cláusulas limitativas de direito devem ser redigidas com destaque, sob pena de afronta ao princípio da boa-fé”, ressaltaram.

Ao julgar o processo, o relator, ministro Villas Bôas Cueva, verificou que não houve deficiência de informação aos segurados por parte da seguradora, já que as garantias contratadas estavam especificadas na apólice do seguro.

Em seu voto, acompanhado pela Turma, o relator asseverou que a cláusula de cobertura de acidentes pessoais de passageiros tratava-se de cobertura opcional, cabendo ao segurado decidir por sua contratação e pagar o prêmio correspondente – o que deve ser feito na celebração do contrato.

Assim sendo, para o ministro, não pode a cobertura relativa aos danos corporais ser ampliada a situações garantidas por outro tipo de cobertura não contratada, como a de acidentes pessoais de passageiros.

Desta decisão cabe o alerta de sempre: ler as entrelinhas, e tudo que está sendo contratado, seja qual for o tipo de contrato, sob pena de futuramente ver-se um direito negado.

16 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça condena UFPR
a indenizar mãe e bebê
por transmissão de HIV

UFPR é condenada por transmissão vertical do HIV

TRF determina que universidade indenize em R\$ 200 mil
portadora do vírus que teve o bebê infectado durante o parto

Reportagem Local

Curitiba – O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) condenou a Universidade Federal do Paraná (UFPR) a indenizar mãe e bebê recém-nascido por transmissão do vírus HIV, causador da Aids, durante o parto e pela ausência de tratamento com anti-retrovirais nas duas primeiras horas de vida da criança. O TRF4 deu provimento ao recurso da autora e aumentou de R\$ 50 mil para R\$ 200 mil a indenização por danos morais.

A mulher descobriu que era portadora do vírus com seis meses de gravidez, após mudar-se para Curitiba e iniciar tratamento no Hospital de Clínicas (HC) da UFPR. Ela relatou no processo que não recebeu terapia anti-retroviral para reduzir riscos de transmissão vertical. Em abril de 2006, teve rompimento da bolsa e foi operada em caráter de urgência. O bebê foi contaminado e teve um início de vida comprometido e com várias internações hospitalares.

A mãe ajuizou ação na Justiça Federal de Curitiba em novembro de 2007 e a UFPR foi condenada a indenizar, recorrendo ao tribunal contra a decisão. A universidade alega que foi oferecido anti-retroviral à gestante e que ela não teria tomado a medicação por descaso. Conforme a instituição, o tratamento, de qualquer forma, não tem garantia total. A instituição argumentam também que a cesariana foi de emergência, mas que foi ministrada dose de ataque de AZT, medicação que combate o vírus, para diminuir possibilidade de transmissão da doença ao bebê. A defesa levantou, ainda, a possibilidade de a contaminação ter ocorrido durante a amamentação.

Para o relator do processo, a juíza federal Salise Monteiro Sanchotene, as informações nos autos não deixam dúvidas de que houve falha na prestação de serviço por parte do hospital. A criança ganhará R\$ 170 mil, e a

mãe, R\$ 30 mil de indenização por danos morais, acrescidos de juros e correção monetária. Ainda cabe recurso. A assessoria de imprensa do HC disse que a direção não vai comentar o caso porque o processo não está encerrado.

16 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

Chegamos lá

Havia aqui uma campanha paranista, desencadeada entre outros pelo Francisco da Cunha Pereira, pela presença de paranaenses nos tribunais superiores do Brasil. Emplacamos vários no STJ, mas a cadeira do STF (o primeiro dos nossos foi Ubaldino do Amaral) tem tudo para ser do jurista Luiz Edson Fachin que foi indicado pela presidente Dilma Rousseff em função de uma campanha dos meios jurídicos da terra. É possível que seja duramente sabatinado no Senado, todavia é grande a confiança em seu desempenho.

Folclore

A escolha de Fachin derruba um arquétipo sobre a autogafia da terra. Todos o apoiaram e isso pelo menos nesse caso derruba a anedota de que o homem com a ceifa às mãos nos símbolos do Paraná não é um lavrador, mas alguém disposto a cortar a cabeça do primeiro que deseje aparecer.

JORNAL DO ÔNIBUS Notas políticas

Sabatina de Fachin

O Senado marcou para o dia 29 de abril a sabatina do advogado Luiz Fachin, indicado pela presidente Dilma Rousseff para ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). Para assumir a vaga do ex-ministro Joaquim Barbosa na corte, Fachin precisa responder a perguntas dos senadores em sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e depois ter o seu nome aprovado pela comissão e pelo plenário da Casa.

16 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Continua preso

A 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou ontem o mérito do habeas corpus movido pela defesa de Renato de Souza Duque, ex-diretor de serviços e engenharia da Petrobras, e manteve, por unanimidade, a prisão preventiva, confirmando decisão liminar proferida em 27 de março pela corte. A defesa pediu a suspensão da prisão sob alegação de que as contas no exterior supostamente utilizadas por Duque não apresentam sua assinatura e que os indícios de verbas depositadas no Principado de Mônaco são precários. O advogado argumentou ainda que Duque está aposentado da Petrobras desde 2012. Segundo o relator, desembargador federal João Pedro Gebran Neto, a prisão cautelar está bem fundamentada, havendo prova da materialidade e indícios suficientes de autoria para sua decretação.

INFORME

O drama do avião

Preso na carceragem da Polícia Federal em Curitiba, o ex-deputado federal André Vargas (sem partido), deve carregar entre os seus maiores arrependimentos o voo pago por Alberto Youssef, para o Nordeste, em férias, há cerca de um ano. Afinal, foi esse episódio em ano eleitoral que ensejou a abertura do processo que resultou na cassação do mandato do então petista, impedindo-o de conseguir a reeleição e, com ela, o foro privilegiado. Embora hoje existam indícios de que a ligação entre os dois vai além da gentileza do avião, se Vargas tivesse mantido o mandato as investigações contra ele estariam em gestação no Supremo Tribunal Federal (STF), longe da caneta do juiz Sérgio Moro.

**Esposa de secretário
ganha cargo
comissionado**
Marco Feltrin
Equipe Bonde

Flávia Jaber Francischini está entre as nomeadas para o cargo comissionado de consultor estratégico da Sanepar. Ela é casada com o secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Fernando Francischini, deputado federal licenciado do cargo pelo Solidariedade.

A nomeação foi definida em reunião ordinária do Conselho Administrativo da Sanepar no dia 11 de fevereiro, e assinada em 23 de março pelo diretor-presidente da companhia, Mounir Chaowiche.

Desde a data da assinatura, Flávia ocupa o cargo de consultor estratégico da diretoria administrativa com nível cinco, que corresponde a uma remuneração de R\$ 11.897,69.

É o segundo cargo comissionado que a esposa do secretário ocupa desde o início do ano. Em 1º de janeiro, ela assumiu a diretoria de gestão de pessoas e desenvolvimento profissional do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), com salário de R\$ 8,4 mil. Flávia Francischini pediu exoneração do cargo em 2 de março.

16 ABR 2015

FOLHA DE LONDRINA

MANUEL JOAQUIM DOS SANTOS

Maioridade penal

Escrevo estas letras quando as estatísticas nos dão conta que 87% dos brasileiros são a favor da redução da maioridade penal. É portanto deslizar morro acima contrariando a corrente de opiniões. Mas é necessário fazê-lo. É urgente que manifestemos, não só opiniões, mas apelemos para a racionalidade e analisemos argumentos e fatos.

O Congresso patrocina esta discussão. Desenterra na verdade um projeto da década de 1990 e pretende assim responder à sede de sangue que vem das bases e com isso diminuir a desmoralização da Casa que atingiu índices escandalosos. Não podia ser maior o golpe! A sociedade brasileira, inflamada com um debate pífio e inconsistente nos grandes meio de comunicação, ignora números, deruba o bom senso, atropela o ECA e se embriaga mais uma vez com exemplos anacrônicos de países como os EUA, com tradicional influência nestas terras tupiniquim.

Até as pedras da calçada sabem que o número de crimes cometidos por adolescentes (e crianças) é ínfimo. A Unicef tem estatísticas bem claras sobre a América Latina. Os menores não estão "fora da lei". Existem medidas claras e eficientes contra os infratores. Se nos queixamos das atuais casas de detenção, imaginem o que não dizer de nossas prisões? Escolas superiores da criminalidade! Está em 70% o número de reincidência no crime.

O que mais nos assusta é o equívoco consciente e assumido! Adolescente não é potencial criminoso. Ele é vítima em primeiro lugar. São os menores que morrem e são eles que são preparados para o crime, por uma sociedade que ignora e ataca a instituição familiar e não proporciona políticas públicas adequadas. Queremos tirar de circulação os que não soubemos educar. Ter uma sensação de proteção, mesmo sabendo que voltarão! Mais fortes, com delinquência requintada e rindo do sistema que os trancafiou!

Me pergunto: a quem interessa esse, chamemos-lhe, rigorismo legal contra o crime?!

Candidatos malvados, ávidos de votos? Audiências de programas policíescos? Existirão máfias ligadas ao sistema prisional desejosas de aumentar a clientela? Porque ignorar exemplos como a da Alemanha, que reverteu uma tendência de reduzir a Maioridade penal? Poder-se-á discutir esta questão em cima de casos isolados de gente que sofre até hoje com filhos assassinados por adolescentes?

Se temos medo de adolescentes e crianças "perigosas" na rua, não acabemos com as ruas nem com eles! Combatamos as causas e não as consequências. Não sejamos autôfágicos. Não demos tiros no pé! Uma sociedade medrosa é capaz de tudo! Até de se destruir! Os nossos Congressistas, deveriam andar mais ocupados em responder à legítima cobrança popular pela reforma política, que mude definitivamente o atual sistema gerador de tanta injustiça e corrupção. Num momento em que, com o Executivo acuado e desgastado, o Legislativo se impõe, a sociedade brasileira deveria desconfiar da oportunidade e das reais intenções da discussão deste Projeto.

A redução da maioridade penal é mais perigosa ainda em países como o nosso. Como o seria por exemplo a própria pena de morte! O crime organizado continuaria recrutando "menores" cada vez com menos idade. E a sociedade, incomodada, apelaria para medidas semelhantes a esta. Ou seja, não seriam perigosas as nossas CEIs?! Uma espiral de violência insana e um círculo infinito devorador de sonhos! Vejo com tristeza uma maioria apoiando esta ideia. Enxergo da parte de quem a "ressuscita", um aproveitamento maldoso da situação e um desrespeito para com a própria verdade! O ECA nos colocou no patamar de países sérios e desenvolvidos. Reduzir a maioridade penal seria um enorme retrocesso. Combater com energia a corrupção não pode dar ensejo a alargar o âmbito do combate à criminalidade prendendo menores!

Manuel Joaquim dos Santos
é padre em Londrina

16 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Renan dá sinais de que Fachin vai enfrentar resistência em sabatina

Presidente do Senado lembrou caso de nome já derrubado em votação na Casa, após reunião com indicado à 11ª vaga no STF

Erich Decat / BRASÍLIA

Escolhido pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a 11.ª vaga do Supremo Tribunal Federal, Luiz Edson Fachin deve encontrar dificuldades para ter seu nome aprovado em sabatina prevista para ocorrer na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, no próximo dia 29. Também está prevista uma segunda votação, dessa vez no plenário da Casa. Ambas são secretas.

Ontem, Fachin se encontrou com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que, questionado se o nome de Fachin seria aprovado pelos senadores, deu uma resposta evasiva. “Certamente a presidente tem garantias do perfil do indicado, senão não teria mandado para a sabatina do Senado”, disse. Antes disso, deu declarações que sinalizaram dificuldade na aprovação do nomeado por Dilma.

Afirmou que não cabe a ele “vetar” ou “apoiar” uma indicação, que a sabatina é um “processo complexo” e que já houve uma vez em que o Senado derrubou um nome. “O Senado já teve um momento em que derrubou um indicado para o Supremo Tribunal da República, mas fez isso no início da República, quando Floriano Peixoto mandou o nome de um médico para o Supremo Tribunal Federal, Barata Ribeiro. Aí o Senado derrubou. Mas esse não é um precedente que nessas horas possa ser lembrado”, completou.

Na ponta da língua

“O Senado fez isso (derrubar nome) no início da República, quando Floriano Peixoto mandou o nome de um médico para o STF, Barata Ribeiro”

Renan Calheiros

PRESIDENTE DO SENADO

A avaliação na Casa é de que ele pode articular a derrubada em razão de seu nome preferido, Marcus Vinícius Coelho, presidente da OAB, ter sido preterido. Além disso, a indicação de Henrique Eduardo Alves para o Turismo no lugar de seu apadrinhado, Vinícius Lage, também despertou sua ira.

Ruralistas. Outra frente de resistência no Senado é a desconfiança que Fachin desperta entre integrantes da bancada ruralista, uma das mais combativas e articuladas dentro do Congresso. A objeção inicial dos ruralistas está no fato de o advogado ter um histórico ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), teve suas propriedades invadidas pelo MST em março. Em público, ele tem dito, entretanto, que não vê problemas na indicação de Fachin.

Lideranças do PSDB e do DEM também demonstraram ontem contrariedade como fato de o advogado aparecer em um vídeo declarando apoio à presidente Dilma Rousseff na campanha de 2010. “No vídeo, ele foi muito eloquente ao dizer que tinha um lado. Ministro do Supremo não tem que ter um lado”, ressaltou o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB). / COLABORARAM ISADORA PERON e RICARDO BRITO

16 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Suíça vai devolver quantia desviada por Rocha Mattos

Colaboração

“Graças às provas fornecidas por eles (brasileiros), o MP (Ministério Público) pôde, em 2008, confiscar bens no total de US\$ 19,4 milhões”
Ministério Público Suíço

EM NOTA

Total de R\$ 59,7 milhões está bloqueado em contas bancárias suíças do ex-juiz condenado por lavagem e evasão

Jamil Chade
CORRESPONDENTE / GENEBRA

A Suíça anunciou ontem que vai devolver ao Brasil US\$ 19,4 milhões (R\$ 59,7 milhões) relativos ao desvio promovido pelo ex-juiz federal João Carlos da Rocha Mattos e outros envolvidos na Operação Anaconda.

O Ministério Público da Suíça informou ontem que o dinheiro será repatriado por fazer parte de um esquema de lavagem de dinheiro. Os valores serão depositados nas próximas semanas, assim que as autoridades suíças receberem documentações do Brasil confirmando o entendimento.

A decisão dos suíços foi tomada depois que, no início da semana, a Justiça Federal em São Paulo condenou o ex-juiz federal a 17 anos, cinco meses e dez dias de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Pela lei suíça, recursos bloqueados apenas podem ser devolvidos quando o suspeito é condenado.

Rocha Mattos recebeu valores sem origem justificada e remeteu ilegalmente quantias para uma conta bancária na Suíça. A operação ocorreu com a ajuda da ex-mulher, Norma Regina Emílio Cunha, e do irmão dela, Júlio César Emílio, que também foram condenados.

Rocha Mattos foi o alvo principal da Operação Anaconda, deflagrada em outubro de 2003 para combater uma organização que supostamente vendia sentenças judiciais. Na época, Rocha Mattos foi preso e condenado a 3 anos de prisão por formação de quadrilha.

As investigações do Ministério Público suíço terminaram em 2008, após análise de provas fornecidas pelo Brasil. No mesmo ano, as autoridades brasileiras pediram à Suíça a restituição dos bens confiscados.

Berna indicou que optou por uma “restituição integral” por se tratar “essencialmente da corrupção em detrimento do estado brasileiro”, segundo informa a Procuradoria suíça em nota. As autoridades deixaram claro, porém, que, pela lei, tal devolução não é uma prática generalizada. Segundo o órgão, bens confiscados via processo penal suíço não podem ser restituídos a outro país com base na lei de cooperação penal internacional. A exceção se deve ao volume de provas apresentado pelo Brasil. As autoridades suíças, incluindo o Ministério Público suíço e o Escritório Federal da Justiça, ligado ao Ministério da Justiça do país, fecharam um acordo com o Brasil, que, segundo elas, se compromete a aplicar o princípio da reciprocidade.

Essa é a segunda devolução de dinheiro que a Suíça anuncia neste ano ao Brasil. Em março, o país revelou que restituiu ao

Brasil US\$ 120 milhões por causa da Operação Lava Jato, principalmente no que se refere ao dinheiro dos ex-gerentes e ex-diretores da Petrobrás. No total, mais de US\$ 400 milhões estão bloqueados no país relativos às investigações de corrupção na estatal brasileira.

O ESTADO DE S. PAULO

Santa Casa: juiz manda quebrar sigilo de 22

Pedido, feito pelo Ministério Público, inclui provedor licenciado; promotora investigará suposta ligação entre empresas, funcionários e seus parentes

Bruno Ribeiro
Mônica Reolom

A Justiça determinou a quebra do sigilo fiscal de 22 pessoas físicas e jurídicas ligadas à administração da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, incluindo o provedor licenciado da instituição, Kalil Rocha Abdalla. A medida atendeu a pedido do Ministério Público Estadual (MPE), que investiga a administração da entidade desde que o pronto-socorro ficou fechado durante 24 horas, em julho de 2014, supostamente por falta de verba.

O pedido do MPE se baseou na suposta existência “de uma rede de ligações entre as empresas contratadas, funcionários da entidade, parentes desses funcionários, bem como com outras pessoas jurídicas tendo como sócios os mesmos funcionários, revelando a necessidade de investigação simultânea também da vida fiscal e bancária dessas pessoas”, segundo nota divulgada na noite de ontem.

A promotora Dora Martin Strilicherck, autora do pedido que resultou na quebra dos sigilos, afirmou que não comentaria o assunto porque o processo segue em segredo de Justiça, ainda de acordo com a nota enviada pelo MPE.

Segundo o Ministério Público, os serviços da Santa Casa estão “praticamente” paralisados desde julho do ano passado, e uma das causas é a “má gestão administrativa”.

A assessoria de imprensa da Santa Casa informou que não foi notificada pela Justiça sobre as quebras de sigilo e que, portanto, não comentaria o caso.

Despesa
R\$ 50 mi

era o déficit anual da Santa Casa, estimado no ano passado. A entidade teve, em 2013, receita de cerca de R\$ 450 milhões, mas teria consumido R\$ 500 milhões no atendimento à população.

No entanto, afirmou que a entidade está à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos. Abdalla foi procurado ontem à noite, mas não respondeu aos pedidos de entrevista.

O caso. A Santa Casa de Misericórdia tem uma dívida estimada pela promotora em mais de R\$ 500 milhões. Funcionários, que já promoveram manifestações pedindo a renúncia de Abdalla, devem fazer um novo protesto na semana que vem.

Embora já enfrentasse dificuldades financeiras havia anos, a crise de gestão da entidade foi escancarada em julho do ano passado, quando o pronto-socorro, um dos principais da cidade, foi fechado sem aviso prévio – supostamente por falta de verbas para a compra de materiais. A reabertura aconteceu mediante anúncio de novos repasses por parte do governo do Estado de São Paulo. A entidade também recebe recursos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ao longo da crise, os governos municipal, estadual e federal comprometeram-se a aumentar os repasses para a entidade, que chegou a anunciar a demissão de 1,1 mil funcionários, mas recuou. Em novembro, o complexo hospitalar deixou de realizar 25 tipos de exames.

Abdalla está licenciado temporariamente da instituição desde o fim de dezembro, quando a entidade atrasou o pagamento do 13.º salário dos funcionários – que ainda não foi pago. Está marcada para hoje uma assembleia entre os funcionários da Santa Casa para tratar da situação trabalhista.

16 ABR 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Menino agradece a juiz que libertou mãe doente

Uma mensagem de agradecimento escrita por um menino de 11 anos em uma rede social ganhou repercussão. Ela era direcionada ao juiz João Marcos Buch, de Joinville, Santa Catarina, que havia autorizado que a mãe do garoto, presa por furto, passasse seus últimos dias em casa. Ela era soropositiva, tinha toxoplasmose e metade do corpo paralisada. “(...) Eu tava segurando a mão da minha avó quando ela foi na sua sala pedir para aquelas moças que alguém fizesse alguma coisa pra minha mãe morrer com dignidade e o senhor fez.”

SÔNIA RACY

Persistência

Eduardo Cunha está empenhado em acabar com o exame da OAB desde que foi destituído, em 2011, da relatoria do novo Código de Processo Civil – sua nomeação enfrentou forte resistência da Ordem. Para tanto, o presidente da Câmara enfiou, na MP do BNDES, duas emendas para extinguir a prova.

Os penduricalhos só foram excluídos graças a cerco montado por grupo de deputados advogados, liderado por Arnaldo Faria de Sá, do PTB.

NA REDE

● Depois de 17 anos, o STF começou a julgar ontem a constitucionalidade das Organizações Sociais. Já são dois votos favoráveis ao modelo e um contra. A votação acaba hoje.

16 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Autoridades repercutem indicação de Fachin à vaga de Ministro do STF

O prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, parabenizou o jurista paranaense Luiz Edson Fachin pela indicação da presidenta Dilma Rousseff para exercer a função de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A indicação de um representante do nosso estado para compor a mais alta corte do País, em um momento de conjugação de crises política e econômica, nos enche de orgulho e responsabilidade. Mais uma contribuição da Universidade Federal do Paraná para a democracia brasileira”, disse Fruet.

O governador Beto Richa declarou apoio à indicação do nome de Fachin para a vaga. Richa destacou a carreira de Fachin e disse que sua indicação é uma conquista para o Estado do Paraná.

“Este 14 de abril é um dia histórico para o Paraná. A escolha de Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal faz justiça às melhores tradições do mundo jurídico paranaense e honra seu antecessor no cargo, o ministro Joaquim Barbosa”, afirmou o governador.

Richa lembrou que Fachin integra a Comissão Estadual da Verdade do Paraná. A vaga em aberto era do ex-ministro Joaquim Barbosa, que se aposentou no final de julho de 2014. O nome de Fachin foi indicado pela presidente Dilma Rousseff. Antes de ser oficializado no cargo, ele será ainda sabatinado pelo Senado Federal.

“Não tenho dúvidas de que a acertada escolha da presidente Dilma será referendada pelo Senado. Parabéns ao doutor Luiz Edson Fachin e boa sorte nos grandes desafios a ele reservados no Supremo”, disse Richa. Fachin é graduado em direito pela Universidade Federal do Paraná, com mestrado e doutorado em direito pela PUC de São Paulo.

O presidente da OAB Paraná, Juliano Breda comemorou a indicação. “É uma grande honra para a advocacia paranaense ter um de seus mais notórios inscritos indicado ao Supremo Tribunal Federal. O advogado Luiz Edson Fachin levará ao Supremo a sua excelência intelectual, formada ao longo do tempo pela sua dedicação acadêmica, e o senso de justiça construído a partir de décadas de exercício intenso da advocacia. O Brasil vai dormir hoje mais justo”, ressaltou Breda.

O Líder da Oposição no Senado, senador Alvaro Dias (PSDB/PR), divulgou uma nota em apoio à indicação. “A bancada paranaense no Congresso Nacional (30 deputados e 3 senadores) deve apresentar à Presidente da República, manifesto de apoio ao professor Luiz Edson Fachin, para a vaga no STF. O jurista paranaense, competente e suprapartidário, se indicado, valorizará a Suprema Corte do País. Tem nosso integral apoio e a certeza de que sua presença no Supremo honrará a magistratura brasileira”, disse o senador.

O advogado Cleverson Mari-

nho Teixeira também parabenizou Fachin. “Exultamos com a notícia. Finalmente. Continuado sucesso. Sua missão não será fácil, especialmente na presente quadra da vida da Nação. Confiamos na sua capacidade, discernimento, critério de Justiça. Vitória sua e do Paraná, cuja cultura estará muito bem representada na Supremo Tribunal Federal. O Paraná novamente tem a oportunidade de colaborar na missão da alta Corte de Justiça do Brasil. Lembro também que a sua nomeação é muito importante para a realização do sonho paranaense de sediar um Tribunal Regional Federal - o TRF-6”.

Aroldo Murá

SACERDOTE, CONCILIADOR, ORADOR NOTÁVEL, SÁBIO: QUALIDADES IDENTIFICADAS EM FACHIN

Luiz Edson Fachin, indicado pela presidente da República para a vaga de Joaquim Barbosa no STF, aparece como unanimidade na avaliação dos meios jurídicos paranaenses que a coluna ouviu a respeito de sua indicação.

As palavras para classificá-lo vão desde "extremamente competente", a "um jurista sereno, equilibrado, dono de notável formação humanística", até a qualificações como: "será um sacerdote no Supremo".

Enfim, o professor de Direito Civil da UFPR é respeitável referência. Só desperta admirações, conforme as opiniões que colhi com Clemerson Clève (que também estava na relação de prováveis indicações de Dilma), o juiz federal Anderson Furlan, o desembargador Johatan Carvalho, desembargadora Rosane Carvalho, o professor de Direito e advogado Luiz Fernando Casagrande Pereira, dentre outros.

2- COLEGAS DE TURMA

Clève e Johatan foram colegas de turma de Fachin no Curso de Direito da UFPR, assim como outros nomes expressivos da área, a exemplo de Dulce Muniz de Aragão (in memoriam), José Osmar Nora, desembargador Augusto Lopes Côrtes (in memoriam), Arnaldo Lesnau Perini, Rosana Fachin, Wilson Ramos Filho...

Dono de sólida formação jurídica, avaliável pelos artigos publicados, e às dezenas de livros que escreveu, Fachin ganhou também expressões de apoio a seu nome, em outra área, a religiosa.

Elas vieram do padre Eduardo Spiller, da comunidade de vida consagrada Manos da Ternura, incardinada em Lins, mas atuando em Curitiba.

O jurista, de notória prática católica, é frequentador assíduo das missas dominicais que Eduardo e o também padre Paulo Botas celebram às 10 horas, aos domingos, na capela do Asilo São Vicente de Paulo, em Curitiba. Lá ele e a esposa, a desembargadora Rosane Fachin, unem-se a um grupo de intelectuais, profissionais liberais quase todos, em torno da celebração litúrgica.

No grupo, ninguém mencionou identificar Fachin com a CUT ou PT, embora ele seja, reconhecidamente, um católico "à gauche" e tenha apoiado o nome de Dilma a presidente nas eleições de 2010.

3- "FECHAR PARA BALANÇO"

O advogado especializado em Direito Eleitoral, e professor de Pois em Direi-



Luiz Edson Fachin

to Eleitoral, Luiz Fernando Casagrande Pereira, se eventualmente consumada 'ameaça' de recusa ao nome de Fachin pelo Senado, "seria então melhor a República fechar para balanço".

A expressão tão contundente de Luiz Fernando – meu personagem de Vozes do Paraná 6 – explica-se pela qualidade que o causidico vê no indicado ao Senado: "Fachin é a mais impressionante e forte vocação para ministro do Supremo que já vi. Ele será um sacerdote no STF, como o é o ministro Celso de Mello, por exemplo".

Na opinião ainda de Luiz Fernando Pereira são inúmeras as qualidades de Luiz Edson Fachin: "Do ponto de vista técnico, por exemplo, é equipado como poucos o são. Conhece, como poucos outros, o Direito Constitucional e é responsável, com sua obra, por promover o diálogo entre a Constituição e o Direito Civil".

4- DEIXOU PROCURADORIA

Outro ponto saliente de Fachin, na análise de Pereira, que o reconhece como historicamente ligado às ideias de esquerda política, está "na sua coerência de vida". E citou: "Quando seu escritório começou a deslanchar, Fachin não teve dúvidas em demitir-se da Procuradoria Geral do Estado, onde era procurador, por não achar moralmente defensável continuar no serviço público". E explica Pereira: "Com a Constituição de 1988, os procurados que exercessem a função antes da promulgação da Carta, poderiam continuar no cargo e advogando particularmente".

Sabe-se que outros conhecidos advogados não agiram assim, mantendo-se na Procuradoria, em alguns casos 'terceirizando' o trabalho.

Fachin deixou, com o gesto, de ganhar R\$ 26 mil por mês, sem problemas.

5- ORADOR EMPOLGADO

A opinião do desembargador Johatan Carvalho tem forte sentido testemunhal sobre Fachin porque os dois conviveram diariamente, por 5 anos, na mesma turma de Direito da UFPR.

Para ele, "nunca ouvi outro orador mais empolgado que Fachin. Ele ficava na mesma escala dos grandes oradores que foram Munhoz de Mello, Egas Muniz de Aragão e Henrique Lenz Cesar".

Tão bom de tribuna quanto de contato pessoal – assim, na média da opinião dos entrevistados – esta é outra qualidade de Luiz Edson Fachin. Opinião de que partilham especialmente os desembargadores Johatan, Rosane Carvalho e o advogado Luiz Fernando Casagrande Pereira.

"É um homem tranquilo, de fino trato", diz ainda Johatan lembrando que Fachin foi um discípulo direto do jurista e desembargador Francisco Muniz, responsável pela formação de notáveis advogados paranaenses. Era ligado ao civista antológico da UFPR, Lamartine Correa de Oliveira Lira.

Quanto ao equipamento intelectual de Fachin, os entrevistados foram firmes em ressaltar os diferenciais do mestre do Direito: ele é capaz de falar – e bem –, além do português, mais quatro idiomas.

Johatan testemunha: certa vez, ouvindo em Lisboa uma conferência de jurista italiano, presenciou intervenção de Fachin: "Ele simplesmente fez sua intervenção toda em italiano clássico".

Por ser gaúcho com origem na chamada Serra Gaúcha, onde muitas famílias conhecem um pouco de italiano – mas muito de dialetos – esclareça-se: o italiano que Fachin fala e escreve é o castiço.

16 ABR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Luiz Augusto Juk

Capital Ativo

“É uma grande honra para a advocacia paranaense ter um de seus mais notórios inscritos indicado ao Supremo Tribunal Federal. O advogado Luiz Edson Fachin levará ao Supremo a sua excelência intelectual, formada ao longo do tempo pela sua dedicação acadêmica, e o senso de justiça construído a partir de décadas de exercício intenso da advocacia. O Brasil vai dormir hoje mais justo”, ressaltou o presidente da OAB Paraná, Juliano Breda.

“Em todas as últimas vagas abertas a OAB vem dando integral apoio ao professor Fachin, que representa sem dúvida nenhuma toda a comunidade jurídica paranaense. Sua indicação é uma vitória da comunidade jurídica brasileira. Todos nós paranaenses estamos orgulhosos porque ele, nascido no Rio Grande do Sul, é paranaense de coração e por



adoção. É uma vitória do Direito e da Justiça do país”, frisou Breda. Até hoje, o único paranaense a ocupar uma vaga no Supremo foi Ubaldino do Amaral, de 1894 a 1896.

No último mês de março, a OAB Paraná encaminhou ofício à presidente Dilma Rousseff e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestando total apoio da advocacia paranaense ao nome de Luiz Edson Fachin para o Supremo Tribunal Federal

16 ABR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Concursos

TJ-PR seleciona Juizes Leigos e Conciliadores

Sete novas oportunidades estão disponíveis no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ - PR) por meio de Seleção, além da formação de cadastro reserva para Comarcas da Região Metropolitana de Curitiba.

As vagas estão distribuídas entre os cargos de Juiz Leigo do Juizado Especial Cível e da Fazenda Pública de Piraquara (1) e de Colombo (3), e também na função de Conciliador (3) nesta última localidade citada, ou ainda em Almirante Tamandaré (CR).

Podem concorrer os candidatos que atendam os requisitos do edital, detalhados conforme cada vaga. A remuneração será proporcional ao número de atos realizados e as atividades devem ser exercidas pelo prazo de quatro anos.

Quem quiser participar deve se inscrever a partir desta segunda-feira (30) até o dia 17 de abril de 2015, das 13h às 17h, na Secretaria do Juizado Especial de Piraquara, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 1417. A taxa é de R\$ 50,00 ou R\$ 90,00.

A seleção consiste de prova escrita prevista para o dia 9 de maio de 2015, com duração de três horas, em local e horário a serem definidos.

Com validade de dois anos, existe a possibilidade deste Processo Seletivo ser prorrogado por igual período. Confira o documento disponível em nosso site com todos os detalhes

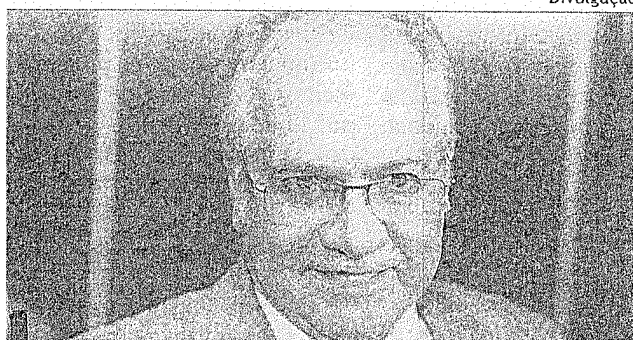
16 ABR 2015

BEMPARANÁ

Em meio à crise, Fachin pode ser reprovado

Escolhido pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a 11ª vaga do Supremo Tribunal Federal (STF), o "paranaense" Luiz Edson Fachin deve encontrar dificuldades para ter o nome aprovado após sabatina prevista para ocorrer na Comissão de Constituição e Justiça do Senado no próximo dia 29. Após votação no colegiado, também está prevista uma segunda votação, no plenário do Senado. Ambas são secretas.

Nesta quarta, Fachin circulou pelo Senado e se encontrou com o presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Após o encontro, o peemedebista anunciou a data da sabatina: dia 29 de abril. Questionado se o nome de Fachin seria aprovado pelos senadores, Renan deu uma resposta evasiva. "Certamente a presi-



Divulgação

Fachin, escolhido por Dilma, enfrenta resistências

dente tem garantias do perfil do indicado, senão não teria mandado para a sabatina do Senado", disse. Antes disso, deu declarações que sinalizaram dificuldades na aprovação do nomeado por Dilma.

Antes, afirmou que não cabe a ele "vetar" ou "apoiar" uma indicação, que a sabatina é um "processo complexo" e que já houve uma vez em

que o Senado derrubou um nome. "O Senado já teve um momento em que derrubou um indicado para o Supremo Tribunal da República, mas fez isso no início da República, quando Floriano Peixoto mandou o nome de um médico para o Supremo Tribunal Federal, Barata Ribeiro. Aí o Senado derrubou. Mas esse não é um precedente que nes-

DIAD

29

de setembro será o dia da sabatina de Fachin na CCJ. Depois, vem o plenário

sas horas possa ser lembrado", disse Renan. A avaliação na Casa é a de que ele pode articular a derrubada em razão de seu nome preferido, Marcus Vinícius Coelho, presidente da OAB, ter sido preferido. Além disso, indicação de Henrique Eduardo Alves para o Turismo no lugar de seu apadrinhado, Vinícius Lage, também despertou sua ira.

Indicação de Fachin

A Associação dos Professores dos Juizes Federais, deputados federais, senadores e deputados estaduais manifestaram contentamento pela indicação do professor Luiz Edson Fachin para ocupar a vaga do Supremo Tribunal Federal (STF). "A APAJUBE comemora a indicação, com a certeza de que o Professor Luiz Edson Fachin levará para o Supremo Tribunal Federal seu profundo conhecimento jurídico."

16 ABR 2015

BEMPARANÁ

LDO 2016 do Paraná prevê despesas de R\$ 41,7 bilhões

O secretário de Estado de Planejamento e Coordenação Geral, Silvio Barros, entregou ontem na Assembleia Legislativa o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que regulará o Orçamento do Estado para 2016. A previsão para o total de receitas correntes líquidas para fixação de despesas para o exercício do próximo ano ficou em R\$ 41,7 bilhões. A LDO de 2015 era de R\$ 39,7 bilhões.

Os recursos para ciência e tecnologia, educação e saúde foram estabelecidos de acordo com as exigências constitucionais. Para a educação, os investimentos gerais deverão ser de R\$ 8,1 bilhões. Para a saúde, a previsão é de R\$ 3,2 bilhões. Já para ciência e tecnologia, a transferência constitucional prevê R\$ 392,5 milhões. A despesa prevista com pessoal deverá ficar em R\$ 15,1 bilhões (46,15% da receita corrente líquida). "A preocupação do governo é a de fazer um orçamento real, dentro daquilo que realmente temos condições de arrecadar e o que estaremos limitados a gastar", apontou Barros.